

MARCO ANTONIO RODRIGUES

CURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL TRIBUTÁRIO

INCLUI

- Capítulo sobre arbitragem e meios consensuais de solução de controvérsias na administração pública e em matéria tributária
- Julgados dos Tribunais Superiores

CONFORME

- Lei 13.988/2020 – Dispõe sobre transação tributária



9:35.077.3(81)

STJ00111197

EDITORA
*Jus*PODIVM

torajuspodivm.com.br

336.2.029.9:35.077.3(81)

R696c

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

Nº

DATA

1184989

11/03/2021



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Imagem de Capa: Rawpixel / Freepik.com

R696c

Rodrigues, Marco Antonio.

Curso de Processo Administrativo e Judicial Tributário / Marco Antonio Rodrigues – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

416 p.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5680-194-0.

1. Processo administrativo. 2. Direito Tributário. I. Rodrigues, Marco Antonio. II. Título.

1184989

CDD 341.362

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

PREFÁCIO

No exercício da magistratura e do magistério há quase trinta anos, não são raros os convites que recebo para participar dos mais diversos eventos jurídicos, sendo certo que, quando a agenda permite, procuro aceitá-los, especialmente quando se trata de encontros em que a assistência é selecionada e proporciona um bom diálogo entre o palestrante e a plateia. O VII Encontro Nacional das Procuradorias Fiscais, realizado no Rio de Janeiro, em maio de 2019, foi um bom exemplo desse tipo de conclave. A comissão científica foi presidida pelo Procurador Marco Antonio Rodrigues, que previamente esteve em meu gabinete, no Superior Tribunal de Justiça, para expor a programação do simpósio e combinar o tema da minha conferência, que versou sobre “Prescrição intercorrente no âmbito das execuções fiscais”, objeto, à época, de recurso representativo de controvérsia recentemente julgado na Primeira Seção do Tribunal da Cidadania. Após a minha exposição e com a participação de Procuradores de todos os Estados do Brasil, os debates foram intensos, revelando a riqueza da discussão.

Agora, pouco mais de um ano depois, o Dr. Marco Antonio Rodrigues formula mais uma invitation, por mim aceita com muita honra: prefaciá-la sua nova obra “Curso de Processo Administrativo e Judicial Tributário”. Antes da leitura do livro, lanço o olhar no currículo do autor, que já impressiona: graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), possui mestrado (2006) e doutorado (2013) por aquela mesma instituição de ensino superior, onde é Professor Adjunto de Direito Processual Civil. Em 2016, concluiu pós-doutorado na Universidade de Coimbra. É profícuo autor de artigos e livros sobre os mais diversos temas da literatura jurídica, destacando-se os da área processual civil.

O novo ensaio, que ora apresento, certamente terá lugar nas estantes e mesas dos estudiosos do processo, especialmente aqueles que se dedicam ao vasto contencioso tributário, seja no âmbito administrativo, seja no âmbito judicial. Sim: a obra é completa! A primeira parte contempla o processo administrativo tributário: aborda os seus princípios, a competência legislativa para tratar do assunto, a disciplina da questão no âmbito federal, desde a fase de instauração, impugnação, passando pelo julgamento inicial, recursos, “coisa julgada administrativa”, sem esquecer a polêmica extinção do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objeto da recente Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020.

Na segunda parte do livro, o autor cuida do processo judicial tributário: inicia pelas prerrogativas da Fazenda Pública e as principais ações por ela manejadas no universo pesquisado, como a medida cautelar fiscal e a execução fiscal, e dedica especial atenção a esta última, que hoje representa o maior número de feitos pendentes no Judiciário¹. Os legitimados para a referida execução, a competência, as medidas coercitivas e a prescrição (inclusive a intercorrente, objeto da minha palestra no Rio de Janeiro e que me proporcionou conhecer o Professor MARCO ANTONIO RODRIGUES) são alguns dos tópicos apreciados.

Já no âmbito das ações promovidas pelos contribuintes, os embargos à execução fiscal, o mandado de segurança, as ações de consignação em pagamento, declaratórias, anulatórias e de repetição de indébitos são cuidadosamente examinados, destacando-se temas como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário em face da propositura de algumas delas, honorários recursais e coisa julgada, não se olvidando outras formas de defesa, como a exceção de pré-executividade, cada vez mais agitada nos tempos hodiernos.

A derradeira parte da obra (terceira) é dedicada a outros meios de resolução de conflitos tributários, como a arbitragem tributária, os negócios jurídicos processuais e a disciplina da transação tributária, fruto da mencionada Lei n. 13.988/2020. Fiz a promessa (e a cumpro) de que iria preparar um prefácio curto, objetivo, para que você, leitor, possa se dedi-

1 De acordo com o Justiça em Números 2020 (ano-base 2019), recentemente publicado (disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmoros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf> Acesso em: 06/09/2020), os processos de execução fiscal representam 39% do total de casos pendentes (30,2 milhões de um total de 77,1 milhões de processos).

car de pronto ao que efetivamente interessa: a leitura do excelente “Curso de Processo Administrativo e Judicial Tributário”, de autoria do Professor Marco Antonio Rodrigues.

Mãos, quero dizer, olhos à obra!

SUMÁRIO

Brasília, setembro/2020.

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade
Federal de Pernambuco – UFPE.

Professor da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte – UFRN,

atualmente em colaboração com a Universidade de Brasília – UnB,
e do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP.